



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CETEDRE - CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTRATÉGIA E GESTÃO EMPRESARIAL**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTRATÉGIA E GESTÃO EMPRESARIAL –  
IV**

**“EXPORTAÇÕES CEARENSES SOB A ÓTICA DA COMPETITIVIDADE: UMA  
ANÁLISE DOS ANOS 90.”**

**MARIA ORKIVIA PEREIRA DE MATOS**

**Fortaleza - Ceará  
Março / 2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CETEDRE - CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO**

**“EXPORTAÇÕES CEARENSES SOB A ÓTICA DA COMPETITIVIDADE: UMA  
ANÁLISE DOS ANOS 90.”**

**Aluna: Maria Orkivia Pereira Matos**

**Orientadora : Ana Neiva Ribeiro Campelo**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Pró-Reitoria e Pós-Graduação do CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento, como parte dos registros necessários à obtenção do título de Especialização em Estratégia e Gestão Empresarial.

**Fortaleza - Ceará  
Março / 2005**

## **Agradecimentos**

A Deus em primeiro lugar, a meus pais e ao meu esposos pelo apoio, a credibilidade e a lição de vida que a mim foi dada durante toda minha vida estudantil.

A toda minha família que sempre esteve a meu lado, nos momentos em que mais necessitei apoio ou simplesmente alguém que pudesse contar.

A todos os professores e colegas de turma que me induziram a perceber novos caminhos, novas estratégias para que eu pudesse crescer em minha vida profissional.

## **Resumo**

O presente trabalho foi realizado com o intuito de traçar o perfil competitivo das exportações cearenses pós-abertura econômica (1991 a 2000), e a análise do comportamento dos principais indicadores de competitividade, fazendo sempre um comparativo com a Região Nordeste e o Brasil. Os resultados obtidos objetivam enriquecer o debate sobre o impacto da abertura econômica do início dos anos 90 no comportamento do Estado do Ceará, oferecendo subsídios ao estudo e avaliação do desempenho competitivo do Estado.

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Estratégiae Gestão Empresarial, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Estratégia e Gestão Empresaria, outorgado pela Universidade Federal do Ceará - UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

---

Maria Orkivia Pereira de Matos

---

Profª. Ana Neiva Ribeiro Campelo

Nota

MONOGRAFIA APROVADA EM \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>01</b>
<b>Capítulo 1 – A volta para o Liberalismo Econômico: a competitividade em pauta</b>	
1.1- A competitividade da Indústria Brasileira na década de 90 .....	03
1.2- A competitividade dentro do novo processo de internacionalização da indústria brasileira .....	10
<b>Capítulo 2 - Abordagem Teórica dos Principais Indicadores de Competitividade</b>	
2.1 - Introdução.....	15
2.2 - Vantagem Comparativa Revelada (VCR) .....	15
2.3 - Vantagem Competitiva ou Tecnológica .....	18
2.4 - Competitividade Potencial .....	21
2.5- Competitividade Revelada .....	23
<b>Capítulo 3 - O setor externo cearense, uma análise comparativa</b>	
3.1 - Introdução .....	26
3.2 - Aspectos históricos .....	26
3.3 - Aspectos Recentes .....	31
<b>Capítulo 3 - Exportações Cearenses sob a ótica da Competitividade Revelada – Análise dos indicadores</b>	
4.1 - Introdução .....	36
4.2 - Competitividade Revelada .....	37
4.3 - Vantagem Comparativa Revelada .....	40
4.4 – Vantagem Competitiva Revelada .....	44
<b>Conclusão .....</b>	<b>48</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>50</b>

### **Lista de Tabelas**

TABELA 1- Indicadores para o Ceará, Nordeste e Brasil 1991 – 1996 .....	30
TABELA 2- Indicadores de Exportação para o Ceará, Nordeste e Brasil 1991-2000 .....	32
TABELA 3- Competitividade Revelada dos principais produtos cearenses 1991-2000.....	38
TABELA 4- Principais setores cearenses exportados – 2000 .....	39
TABELA 5- Vantagem Comparativa Revelada para os setores selecionados 1991-2000..	41
TABELA 6- Vantagem Comparativa Revelada – 2000 .....	42
TABELA 7- Indicadores de Competitividade Revelada para o Estado do Ceará-1997.....	45
TABELA 8- Evolução dos dispêndios em C&T: Ceará, Nordeste e Brasil 1991-2000.....	46
TABELA 9- Participação do DIBCT no PIB dos países selecionados – 1996.....	47

### **Lista de Gráficos**

GRÁFICO 1 - Participação do Nordeste nas Exportações e Importações Brasileiras 1980 – 1996.....	34
GRÁFICO 2 - Participação % do Brasil nas Exportações e Importações Mundiais 1950 – 2001 .....	35

## **Introdução**

As constantes transformações por que passam a economia mundial e nacional, ocasionadas pelos movimentos de globalização e abertura comercial (ocorrida em meados dos anos 90), têm ensejado mudanças radicais nos países em desenvolvimento, na tentativa de atingir níveis satisfatórios de competitividade em escala internacional.

Nesse contexto, os instrumentos dinamizadores do fenômeno de globalização e do processo de ganhos de competitividade dos países em desenvolvimento têm sido a queda generalizada das barreiras alfandegárias combinadas à especialização econômica, a multiplicidade de acordos bilaterais e à construção de áreas de livres trocas.

O livre comércio que se estabeleceu no contexto da Rodada do Uruguai em 1993 teve e tem conseqüências em termos de desempenho das empresas e da balança comercial dos países, pois foi a porta de entrada para economias mais abastadas, como a brasileira, conseguir sua inserção no mercado globalizado.

A nova postura requerida representa uma mudança relativa ainda maior no caso brasileiro por ter amadurecido em um período cujo modelo de desenvolvimento estava centrado na substituição de importações, com claras tendências concentradoras e protecionistas. Assim, a economia brasileira emerge em uma nova fase, caracterizada principalmente por uma maior estabilidade de preços e aperfeiçoamento dos mercados, permitindo o desenvolvimento dos pré-requisitos para a formação de um ambiente de maior competição das empresas nacionais frente às empresas internacionais que passaram a atuar no mercado interno brasileiro.

Os cenários futuros sinalizam para uma crescente importância da tecnologia como fator de competitividade e de sucesso dos negócios, em todos os setores da economia. Os conceitos de competitividade estão se aprimorando a cada dia, com a nova dinâmica mundial, e o conceito de Vantagem Comparativa (VC) vem sendo substituído pelo de Vantagem Competitiva (VP), bem mais adequado ao novo modelo de trocas internacionais. Os conceitos



de Competitividade Potencial e Competitividade Revelada, também estão ganhando espaço no novo cenário internacional.

O objetivo deste trabalho é justamente analisar como essas transformações foram absorvidas pelo Estado do Ceará, e se esses novos conceitos o ajudaram a enfrentar de forma ativa o seu processo de inserção nesse novo contexto mundial, através de seus condicionantes sistêmicos e do comportamento de seus principais setores exportadores durante a década de 90.

O estudo avalia os níveis de competitividade do Estado do Ceará, através dos principais indicadores de competitividade revelada do comércio exterior, adotada pelas empresas, permitindo a comparação com as práticas estaduais e internacionais.

O presente trabalho é uma tentativa de contribuição ao debate sobre o impacto da abertura econômica do início dos anos 90 sobre o comportamento do Estado do Ceará, oferecendo subsídios ao estudo e avaliação do desempenho competitivo do Estado.

A partir desta breve introdução, tentamos expor no primeiro capítulo os conceitos gerais de Vantagem Comparativas, Vantagem Competitiva, Competitividade Potencial e Competitividade Revelada, na qual são a base para nossa análise e compreensão dos dados obtidos. O segundo capítulo traz um breve histórico comparativo sobre o setor externo cearense perante o Nordeste e o Brasil, relacionados ao seu grau de abertura comercial e a seu desempenho revelado no comércio internacional. O terceiro capítulo busca traçar um perfil dos principais setores exportados com base nos indicadores de competitividade, visualizando seus produtos em processo de ganho ou perda de competitividade.

## CAPÍTULO 1

### **1 - A volta para o Liberalismo Econômico: a competitividade em pauta.**

A competitividade como conceituada está, de alguma forma enraizada nas idéias liberais, ou de liberdade de mercado no sentido proposto acima. Para analisarmos melhor a competitividade, destacaremos alguns conceitos de comumente utilizados na literatura econômica. Devemos Ressaltar que há uma diversidade deles, de cujo conjunto retiramos os que exporemos a seguir:

**1. Conceito “ desempenho “:** Nessa vertente, a competitividade de um país, por exemplo, está intimamente ligada à sua performance no mercado internacional. Neste caso, a participação das exportações das firmas ( indústria ) no comércio internacional total da mercadoria, apareceria como seu indicador mais imediato, em particular, no caso da competitividade internacional.

**2. Conceito “ macro “:** No conceito “ macro “ a competitividade é analisada pelas variáveis que dependem de decisões de política econômica. Nesse conceito a competitividade estaria ligada à rentabilidade das exportações, e desvalorizações cambiais, subsídios e incentivos à exportação e reduções do salário real, que funcionariam como forma de aumentar a lucratividade e promover a competitividade.

**3. Conceito “ eficiência “:** A competitividade é associada à capacidade de uma firma/indústria e agricultura de produzir bens como maior eficiência que os concorrentes no que se refere a preços, qualidade, tecnologia, salários e produtividade, estando estas relacionadas as condições gerais ou específicas em que se realiza a produção da

firma/indústria. Para Haguenaer ( 1990 ), o conceito de competitividade é conceituado como a capacidade de um país de produzir determinados bens igualando ou superando os níveis de eficiência observados nas outras economias.

Quando nos referimos a à competitividade, estaremos tratando com os significados dos conceitos expostos acima.

### **1.1- A competitividade da Indústria Brasileira na década de 90**

A década de 80 provocou na Indústria brasileira uma acentuada fragilização competitiva, impulsionada principalmente pela conjuntura macroeconômica da economia brasileira na década de 80, caracterizada pela estagnação da economia, pelo descontrole inflacionário, pela queda no Balanço de Pagamentos, pela crise do financiamento do setor público, vindo a repercutir negativamente sobre os níveis de competitividade. Durante a chamada década perdida, a maior parte das empresas se manteve voltada para o mercado interno, onde diminuíram o volume de investimentos em novas plantas, com exceção das empresas e setores líderes que puderam promover o aumento de suas exportações, promovendo assim o lançamento de novas linhas de produção e a modernização das antigas linhas.

O Estado brasileiro durante a década de 80, caracterizou-se por uma perda de sua capacidade de intervir nas políticas fiscais, tecnológicas e industriais, e diante das dificuldades fiscais e operacionais do setor público, a manutenção e mesmo a melhora dos níveis de qualidade, capacidade e confiabilidade em setores como: energia, transporte e telecomunicações ficaram comprometidos.

As inovações tecnológicas e organizacionais na indústria brasileira foram difundidas de uma forma limitada e tardia, concentrando-se em empresas líderes de mercado, principalmente em empresas que se beneficiaram de oportunidades de exportação, além disso houve a difusão de certa forma desigual das modernas práticas gerenciais e produtivas, principalmente com relação aos processos de produção, o nível de qualidade e a capacitação tecnológica.

O descontrole inflacionário da chamada “ década perdida” teve sua origem nos fins da década de 70, ocasionada pelos dois choques do petróleo, pela elevação das taxas de juros internacionais no final de 1979, pela moratória Mexicana ( 1982 ) e devido ao forte desequilíbrio no balanço de pagamentos, o que veio a deixar poucas perspectivas para a saída do processo inflacionário e para a realização de um ajuste na política econômica brasileira. Os choques cambiais e a aceleração da inflação acabaram afetando a situação fiscal e patrimonial do Estado, diante disso, o manejo da dívida externa através da estatização no início da década de 80, passou a ser visto como uma saída para a solucionar o déficit no balanço de pagamentos, o que veio ocasionar exatamente o contrário, ou seja, um desequilíbrio ainda maior nas finanças públicas, isso ao mesmo tempo que ocorria uma desvalorização da moeda local, refletindo negativamente sobre a capacidade do Estado de conseguir empréstimos e prazos mais elevados.

As condições macroeconômicas do Estado na década de 80 foram marcadas pela deterioração de sua capacidade regulatória, por estar mergulhado em uma crise fiscal e financeira, caracterizada pela estagnação, inflação alta, taxas de juros elevadas, superiores às praticadas pelos países desenvolvidos e pela queda do poder de compra do salário real. Essas características deram origem à um período de intervenções drásticas no mercado e diante desse quadro de estagnação, houve uma falta de coordenação de políticas

instrumentais, ou seja, faltou uma definição clara e precisa a respeito de uma política de desenvolvimento e competitividade, que buscasse tanto aumentar a lucratividade, mas que também buscasse aumentar o nível de salário real.

A década de 80 foi marcada pela deterioração da infra-estrutura física das empresas, causada pelo baixo nível de investimento do estado, ocasionando assim uma degradação dos padrões do nosso sistema científico e tecnológico. No Brasil têm se observado nos últimos anos uma deterioração parcial da infra-estrutura tecnológica do parque industrial, ocasionada pela escassez de recursos públicos e pelos níveis insuficientes de investimentos privados, e se compararmos a indústria brasileira do início da década de 90 com os padrões internacionais, vamos observar que a indústria brasileira opera com equipamentos e instalações tecnologicamente defasadas, defasagem esta que se apresenta tanto na indústria de bens de consumo, como também se constata em indústrias mais modernas ( insumos básicos e bens de capital ), apresentando um crescente atraso na difusão de equipamentos de automação industrial.

As atividades de P&D na indústria brasileira mostram-se carentes de capacitações específicas em determinadas áreas, visto que se gasta uma pequena fração do faturamento em atividades de P&D. Mesmo as indústrias que gastam significativamente em P&D no Brasil, os níveis observados são inferiores às médias internacionais, além disso, ocorre uma defasagem nas inovações gerenciais e organizacionais do tipo “ *Just-in-time*”, “ *Quality Control* “, “ *tecnologia de grupo*”, “ *Isso 9000* “, cujas inovações propiciam expressivos ganhos de produtividade e representam o primeiro passo para a fabricação de equipamentos mais modernos.

Segundo dados da ECIB (1994), no Brasil manteve-se praticamente estagnado em 6,7% os gastos em P&D como proporção do PNB entre 1975-1989, enquanto, para efeitos de comparação, a Coreia do Sul aumentou durante esse mesmo período, cerca de seis vezes os gastos em P&D como proporção do PNB, ultrapassando os 2% em 1989.

Esse acúmulo de capacitação tecnológica da Coreia do Sul se realizou primeiramente através de acordos de OEM (original equipment manufacturer), onde as empresas japonesas transferiram para a Coreia o fornecimento de componentes e produtos eletrônicos automobilísticos e mecânicos, o que veio a proporcionar um rápido aprendizado tecnológico por parte dos coreanos, esse acúmulo de capacitação, aliado aos gastos crescentes em pesquisa e desenvolvimento industrial fez com que as grandes empresas coreanas colocassem seus produtos próprios com suas marcas e design no mercado, tornando-se marcas consagradas como: a Samsung, Hyundai, Goldstar.

Destacamos que os países asiáticos possuíam uma fraca base industrial nos anos 50, comparável aos países americanos. Porém, na década de 80 os países do leste asiático começaram a crescer a uma taxa média anual em torno de 8% a.a, enquanto neste mesmo período, os países da América latina, incluindo o Brasil não chegaram a um crescimento de 2% a.a.

Destacamos logo abaixo algumas das características das economias latino-americanas:

1. Deterioração do sistema educacional;
2. Muita transferência tecnológica, especialmente a partir dos Estados Unidos;
3. Baixo P&D nível de firma e pouca transferências;

4. fragilidade da infra-estrutura de ciência e tecnologia e pobre ligação com a indústria;
5. declínio dos investimento estrangeiro;
6. Indústria eletrônica fraca e reduzido aprendizado a partir do mercado internacional;

Para efeitos de ilustração, apresentaremos abaixo alguns dados que de alguma forma traçam o perfil do sistema nacional de inovações no Brasil, comparado à Coréia do Sul:

### Quadro1

Indicadores	Brasil	Coréia do Sul
% de pessoas 3º grau	11 (1985)	32 (1985)
% de estudantes de engenharia na população	0.13 (1985)	0.54 ( 1985 )
P&D como % do PNB	0.7 (1987 )	2.1 (1989 )
P&D industrial como % do total	30 (1988 )	65 ( 1987 )
Robôs por milhão de empregados	52 (1987 )	1060 ( 1987 )
CAD por milhão de empregados	422	1487 ( 1986 )
Taxa de crescimento da eletrônica	8% (83/87 )	21% (85-90)
Linhas de telefones por 100 pessoas	6 ( 1989)	25 (1989)
Vendas “per capita de equips. Telecomunicações. (1989 )	\$ 10	\$ 57
Patentes ( US ) (1989)	36	159

Fonte: Revista Econômica do Nordeste, volume 28, julho, 1997, pág. 148.

Nesse ambiente, a economia brasileira enfrenta desde os fins da década de 70, uma forte deterioração do sistema de infra-estrutura física aliada a uma obsolescência nas condições de transporte e atividades conexas (armazenagem, terminais, portarias), o que veio a afetar a competitividade industrial na década de 80. Além disso, a fase de crescimento acelerado da economia brasileira, conhecido historicamente como “ o milagre brasileiro”, não foi

capaz de eliminar o desemprego estrutural e conseqüentemente elevar o nível de renda, ocorrendo exatamente o contrário, um forte aumento da concentração do nível de renda, ou seja, aumentando o nível de desigualdade social.

Essa tendência cada vez maior do nível de renda se aprofundou na década de 80, como mostra a quadro 2:

Quadro2

<b>Indicadores</b>	<b>1981</b>	<b>1983</b>	<b>1986</b>	<b>1990</b>
10% mais ricos	44,9	46,2	47,3	48,1
20% mais pobres	2,9	2,8	3,0	2,6
Índice de Giní	0,636	0,694	0,718	0,746

Obs: Distribuição dos rendimentos da população ocupada.

Fonte: Livro : Made in Brazil. Capítulo 2. Pág.66

*A crise econômica dos anos 80 provocou uma degradação da base de mercado, evidenciado principalmente pelos baixos níveis de consumo per capita de certos produtos industriais, sendo que em empresas com maiores deficiências competitivas se deu de uma forma mais acentuada nos setores voltados para o consumo pessoal interno.*

Dessa forma longo da década de 80, se torna compreensível que, houvesse uma perda do dinamismo da economia brasileira, com uma significativa queda nos níveis de investimentos, associados às condições precárias de penetração das exportações brasileiras aos mercados desenvolvidos. Essa perda de dinamismo proporcionou uma defasagem na



absorção das transformações organizacionais e tecnológicas, isso ao mesmo tempo que nos países avançados, se difundiam técnicas organizacionais nos planos de produção, mercados e gestão, como também o progresso no desenvolvimento dos meios eletrônicos de comunicação e processamento ( telemática ), o que gerou a base material para uma integração ampla e instantânea dos mercados financeiros e de capitais.

### **1.2- A competitividade dentro do novo processo de internacionalização da indústria brasileira:**

Ao longo dos anos 80, a economia mundial capitalista atravessou por rápidas e marcantes mudanças de modo a configurar uma etapa de progresso tecnológico e de acumulação financeira mais avançada, ou seja, gerando uma nova etapa mais profunda e intensa no processo de internacionalização da estrutura social, econômica , política e cultural. Esse processo mais avançado de internacionalização ficou mundialmente conhecido como *globalização*.

A globalização apresentava-se como uma etapa de fortes mudanças tecnológicas e operacionais, através da difusão das inovações telemáticas e informáticas, como também pelo surgimento de um novo padrão de organização na indústria que visa minimizar estoques e desperdícios tornando os processos produtivos mais ágeis e eficientes. Para que as indústrias se tornassem mais eficientes, é necessário que haja capacidade por parte das empresas de criarem e ampliarem estratégias concorrenciais, que lhes garantam uma conservação ou ampliação de sua posição dentro do mercado.

De um modo que, a globalização proporcionou um avanço da concentração dos mercados entre os blocos regionais, como também promoveu um maior aprofundamento da

centralização do capital através de fusões e aquisições, que vieram à contribuir para um processo de oligopolização da economia de forma mundial, como por exemplo, a indústria automobilística , onde aproximadamente dez produtores internacionalizados competem e controlam as fatias de mercado em escala globalizada

A indústria brasileira vem aumentando gradativamente o seu grau de internacionalização, principalmente após à abertura da economia, o que veio propiciando um aumento no volume de transações no mercado internacional, porém a participação do Brasil nas exportações mundiais não saiu do intervalo de 0,5 e 1,0%. Isso se deu, principalmente, devido ao aumento do volume de importações com a abertura da economia, cujas empresas ingressantes que produzem para o mercado externo, detém vantagens competitivas sobre a capacidade de oferta da indústria local, principalmente sobre aquelas empresas que se encontram limitadas ao mercado brasileiro.

As variáveis macroeconômicas como a carga tributária e a taxa de câmbio interferem nas decisões empresariais no que se refere à decisão de produzir internamente ou importar, isso porque apesar da pauta de exportações ter se diversificado no decorrer da década de 80 e algumas empresas líderes obterem uma exposição internacional sustentada , o Brasil continuava importando bens, cujo valor unitário se sobressai ao das exportações. Isto ocorria porque as exportações brasileiras ainda necessitavam de produtos de processamento industrial básico, que são muito vulneráveis à evolução da economia internacional e dependentes dos movimentos em bolsa de mercadorias.

No início dos anos 90 se deu um processo de integração econômica nos países do cone sul, onde o Mercosul vem proporcionando um fortalecimento nas relações

comerciais na região e além disso aparece como uma fonte de oportunidade para o progresso e crescimento das empresas que conseguiram desenvolver as suas capacidades empresariais, para atuarem em um mercado regionalizado, desenvolvendo suas áreas de distribuição, vendas e produção. Em relação aos grupos industriais brasileiros, a prevalência de empresas competitivas no mercado internacional é maior no grupo de *commodities* ( alumínio, celulose, fertilizantes, papel, petróleo, etc ), cujos laços com os clientes são mais fortes e as qualidades dos produtos são acessíveis às melhores práticas internacionais de mercado, com destaque à forte presença do Estado-Empresário que no passado recente participou de maneira ativa na construção e crescimento da capacidade produtiva, principalmente em setores que exigiam grandes volumes de capital para que pudessem ser viabilizados. Destacamos que grande parte das empresas de *commodities* conseguiram progredir na otimização dos processos de produção, o que veio a proporcionar vantagens de custos.

Com relação à competitividade empresarial, as práticas internacionais mais progressivas estão relacionadas à valorização da pauta produtiva ( aços, alumínio, produtos petroquímicos especiais, etc. ) e a internacionalização das bases produtivas, na ânsia de crescerem e terem maiores margens de lucros e menores incertezas quanto a variação de preços.

Com a crescente liberalização do comércio, as empresas de um modo geral têm sofrido pressões da concorrência internacional, destacando que do lado do setor exportador, as barreiras comerciais representam uma constante em grande parte dos países, mas podem se modificar desde que as vendas no mercado externo ganhem expressão.

Os grupos difusores de progresso técnico, promoveram nos anos 90 um ajuste combinado da instabilidade da economia com a abertura comercial, isso através da racionalização dos custos, o que provocou uma diminuição dos investimentos em P&D, conseqüentemente as empresas localizadas no Brasil se fortaleceram através da liberalização do comércio e de suas associações patrimoniais e tecnológicas com sócios do exterior, aumentando suas importações de componentes eletro-eletrônicos. O grande problema da maioria das empresas deste grupo é a escassez de capacitação tecnológica, fruto dos baixos gastos em P&D, além disso grande parte destas empresas mostraram-se favoráveis ao regime de regulação, que garante os direitos ao inovador, que no caso são seus fornecedores de tecnologia.

No que se refere ao progresso tecnológico, lembramos que este se caracteriza por um processo longo, onde exige elevados gastos em P&D para que as empresas tenham condições de manter seus produtos e processos atualizados, seguindo a tendência do mercado internacional. Além disso é indispensável uma base mínima de capacitação técnica para o implemento das estratégias adotadas, o que significa um domínio das tecnologias de produção, de gestão, de marketing, sendo que o domínio da tecnologia de produção requer cada vez mais a presença de trabalhadores com alto nível de educação, multiqualificação, iniciativa para resolver os problemas da empresa e para propor aperfeiçoamentos. O nível acumulado de capacitação na empresa agiliza a sua capacidade competitiva, enriquecendo qualitativamente e agilizando seus processos internos de decisão.

A competitividade é construída em um ambiente de longo prazo, onde as transformações tecnológicas desenvolvidas nos países avançados representam um desafio

para o Brasil controlar deliberadamente suas bases, ajustando o país aos novos tempos, sem desarticular a economia e sem aprofundar a desigualdade social.

## CAPÍTULO 2

### Abordagem Teórica dos Principais Indicadores de Competitividade

#### 2.1 – Introdução

Neste capítulo será apresentado um arcabouço teórico para alicerçar os conceitos que serão desenvolvidos durante o decorrer do trabalho para melhor entendimento das conclusões a que serão apontadas durante o mesmo.

É de consenso entre os estudiosos do assunto que, para se ter ganhos de comércio, principalmente internacionais, é necessário obter algum tipo de vantagem ou estratégia competitiva perante o resto do mundo.

O objetivo deste capítulo é caracterizar essas vantagens como: *Vantagens Comparativas* e *Vantagens Competitivas* ; e as estratégias competitivas como: *Competitividade Potencial* e *Competitividade Revelada*.

#### 2.2 – Vantagem Comparativa

Segundo VEIGA FILHO (2001, p.67) este indicador tem origem na teoria das vantagens comparativas de Ricardo, um dos fundadores da escola inglesa da economia política clássica. Seu argumento principal está baseado nas diferenças de custos relativos existentes entre países, o que poderia levar à especialização na produção de certos bens e importação de outros. Na ausência de distorções do comércio entre nações, mesmo se um dos países produzisse, em termos absolutos, bens mais baratos do que o outro país, sempre poderia haver comércio quando as eficiências relativas fossem diferentes, pois existem diferentes dotações de recursos e de uso econômico desses recursos.

O exemplo, tirado de SAMUELSON (1971:961-63) apud VEIGA FILHO (2001, p.67), é bastante ilustrativo.

*“Supondo dois países que produzem alimentos e vestuário. No país A uma unidade de alimento custa um dia de trabalho e uma unidade de vestuário custa dois dias de trabalho. No país B uma unidade de alimento custa três dias de trabalho e uma unidade de vestuário custa quatro dias de trabalho. Mesmo que no primeiro país o custo de ambos os produtos seja mais barato, uma comparação mostra que o país A tem uma vantagem relativa na produção de alimento pois utiliza 1/3 (33%) de trabalho relativamente ao país B, e desvantagem na produção de vestuário, pois utiliza 2/4 (50%) de trabalho na produção de vestuário, ou seja, como 33% é menor que 50%, então sua produtividade é relativamente maior na produção de alimentos. No primeiro país o vestuário custa o dobro do alimento (100% a mais) e no segundo país o vestuário custa apenas 4/3 do alimento (33% a mais), portanto numa condição de livre comércio os consumidores do país A se beneficiariam comprando vestuário do país B, e os consumidores do país B se beneficiariam comprando alimentos do país A.”*

Para Veiga Filho a teoria das vantagens comparativas, muito freqüentemente foi utilizada de forma ideológica, para justificar a especialização de alguns países na produção de bens com baixo valor adicionado, como os produtos agrícolas, os quais contavam com vantagens da mão-de-obra e dos recursos naturais abundantes. Entretanto, é necessário ressaltar que as vantagens comparativas dependem da maior eficiência relativa, ou seja, está ligada à competitividade, no sentido de que um país tenha *“a médio e longo prazo a capacidade de sustentar e expandir sua participação no mercado internacional enquanto eleva, simultaneamente, o nível de vida da população... (o que é proporcionado principalmente pelo progresso técnico”* (CARVALHO, 2001:128).

O Índice de Vantagem Comparativa Revelada foi o indicador escolhido por nós para avaliar a competitividade porque ao utilizá-lo, a comparação entre setores ao longo do tempo é possível pela cardinalidade do índice e, também, porque possibilita a análise dos fatores explicativos do comércio de cada, permitindo, portanto, verificar a importância relativa dos produtos intensivos em recursos naturais no comércio brasileiro, em

determinado período. O primeiro conceito de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) foi elaborado por BALASSA, sob a hipótese de que o comércio exterior de um país ‘revela’ suas vantagens comparativas. Para BALASSA, as importações eram muito influenciadas por medidas protecionistas dos parceiros comerciais. Desta forma, definiu seu índice contendo apenas as exportações.

Segundo ele, este indicador ao considerar que as exportações revelam suas vantagens ao longo do tempo, cria formalmente o indicador de vantagem comparativa revelada, referente somente as exportações. Desenvolvimentos metodológicos posteriores, com base no fluxo do comércio líquido, ou seja, exportações menos importações, passaram a ser adotados para demonstrar as vantagens do comércio externo como um todo, sendo portanto uma medida mais ampla. Assim, para diferenciar, o primeiro indicador passaria a ser denominado como sendo indicador de vantagem relativa na exportação.

A forma desse indicador é definida abaixo, conforme CARVALHO (1997, p.19) apud VEIGA FILHO (2001, p.68):

$$(VCR) = \frac{\frac{X_i^p}{X_m^p}}{\frac{X_i^w}{X_m^w}}$$

Onde:

$\frac{X_i^p}{X_m^p}$  é a participação das exportações do produto  $i$  ( $X_i$ ) do Estado sobre as exportações totais ( $X_m$ ) do Estado ( $P_i$ ); e

$\frac{X_i^w}{X_m^w}$  é a participação das exportações do país do produto  $i$  ( $X_i$ ) sobre as exportações totais



do país ( $X_m$ ).

A interpretação do indicador de vantagem comparativa de exportações - VCR - é a seguinte: se o valor for maior que 1 o indicador mostra vantagens do produto relativamente aos outros países, e se for menor que 1, desvantagens.

### **2.3 – Vantagem Competitiva**

Entre os poucos consensos estabelecidos no intenso debate que procura entender o atual processo de globalização, encontra-se o fato de que a inovação e o conhecimento são os principais fatores que definem a competitividade e o desenvolvimento de nações, regiões, setores, empresas e até de indivíduos.

A crescente competição internacional e a necessidade de introduzir eficientemente nos processos produtivos os avanços das tecnologias de informação e comunicações têm levado as empresas a centrar suas estratégias no desenvolvimento de capacidade inovativa, pois neste novo paradigma mercadológico a informação e a inovação são fontes expressivas de ganhos de competitividade, ou seja, de Vantagem Competitiva.

A concorrência está cada vez mais baseada em conhecimento e na organização dos processos de aprendizado. Observa-se crescente importância de outros fatores que não preços na concorrência entre as organizações. As capacitações das organizações ou países, em termos de produção e uso do conhecimento, têm cada vez mais um papel central na sua competitividade.

Como principais questões que contribuíram para um melhor entendimento do processo de inovação nos últimos anos, destacam-se: o reconhecimento de que inovação e conhecimento (ao invés de serem considerados como fenômenos marginais) colocam-se cada vez mais visivelmente como elementos centrais da dinâmica e do crescimento de

nações, regiões, setores, organizações e instituições; compreensão de que a inovação constitui-se em processo de busca e aprendizado, o qual, enquanto dependente de interações, é socialmente determinado e fortemente influenciado por formatos institucionais e organizacionais específicos; a idéia de que existem marcantes diferenças entre os agentes e suas capacidades de aprender (as quais refletem e dependem de aprendizados anteriores, assim como da própria capacidade de esquecer); o entendimento de que existem importantes diferenças entre sistemas de inovação de países, regiões, setores, organizações, etc. em função de cada contexto social, político e institucional específico; □ a visão de que, se por um lado informações e conhecimentos codificados apresentam condições crescentes de transferência – dada a eficiente difusão das TIs – conhecimentos tácitos de caráter localizado e específico continuam tendo um papel primordial para o sucesso inovativo e permanecem difíceis (senão impossíveis) de serem transferidos.

Todas as formas de crescimento dos países e organizações, em grau maior ou menor, os aspectos de inovação tecnológica estão sempre presentes. A inovação e as mudanças tecnológicas, junto com um sistema de inovação interno capaz de criar uma capacitação tecnológica que gere sua própria tecnologia, são requisitos essenciais para o êxito de qualquer atividade econômica. Podemos dizer que a inovação constitui a forma de uma empresa se adaptar, sobreviver e poder competir no mercado, pois é dessa capacidade que podem ser gerados ganhos de comércio através da vantagem competitiva.

A necessidade de dispor de tecnologia para poder inovar pode ser preenchida pelo próprio país ou organização através da Pesquisa e desenvolvimento (P&D) ou então por meio de aquisição de tecnologia no exterior, ou seja, criar um ambiente interno capaz de gerar sua própria tecnologia ou importar. A segunda opção apesar de ser mais prática e de resultados imediatos, não gera uma vantagem competitiva sustentável, pois o receptor desta tecnologia se tornará um refém de seus fornecedores externos. A primeira opção requer a realização de P&D e obriga normalmente a grandes investimentos em infraestrutura e desenvolvimento de projetos que só podem ser realizados por empresas com uma determinada dimensão. Por isso, quando uma empresa pretende inovar opta, muitas vezes, pela aquisição de tecnologia e direitos de patentes sob licença de outros titulares.

As empresas podem obter tecnologia do exterior por diversas vias de entre as quais se destaca o contrato de transferência de tecnologia. Esta via inclui o contrato de licença de direitos de propriedade industrial que permite a transferência de um direito sobre uma invenção, ou seja uma patente.

Para que a aquisição de uma patente se faça da forma mais adequada é necessário estar bem informado. Um aspecto importante da gestão da tecnologia consiste em estabelecer um sistema de vigilância tecnológica que permita ao país ou organização antecipar-se às mudanças tecnológicas produzidas na concorrência que podem representar novas oportunidades de negócio ou riscos importantes para os negócios existentes..

Segundo Dosi, Pavitt e Soete (1988) apud Éster Rocha (2000), os determinantes das vantagens competitivas ou tecnológicas são três:

- 1- Os preços relativos dos fatores de produção;
- 2- A própria natureza da atividade empreendedora, imprevisível e difícil de ser mensurada pelos métodos de análise disponíveis;
- 3- Os padrões de demanda. Este fator é fundamental no ritmo das inovações, as diferentes condições de demanda em cada país levaram a diferenças no grau de incentivos a inovar e a diferenças nas taxas de inovação.

De acordo com ROSA, FONTENELLE e MELO (2000) os indicadores de ciência e tecnologia demonstrarão os precedentes da escassez de recursos tecnológicos próprios e sua incapacidade de geração, permitindo traçar os movimentos de avanços ou retrocessos, assim como os efeitos de possíveis políticas nacionais/estaduais que indiquem vantagens ou desvantagens competitivas. Os indicadores são:

- “Número de pesquisadores por titulação;
- Total de recursos humanos em P&D segundo alocação;
- Número de pesquisadores por mil habitantes;
- Centros estaduais de pesquisas;

- Participação dos gastos dos governos estaduais em C&T no PIB do estado;
- Gastos do CNPq no total de gastos em C&T por estado;
- Participação dos gastos do CNPq em C&T;
- Fomento do CNPq por pesquisador nos estados;
- Importação de bens de capital;
- Importação explícita de tecnologia;
- Dispendio interno bruto em C&T (DIBCT) como porcentagem do PIB brasileiro;
- Dispendio de C&T por esferas (políticas, empresas e instituições);
- Participação do dispendio interno em P&D por países;
- Distribuição percentual da P&D governamental por objetivo socioeconômico. “(Ver ROSA, FONTENELLE e MELO 2000)”.

A região Nordeste será analisada através de quatro grupos de indicadores: participação no dispendio interno bruto em C&T dos governos estaduais da região no dispendio interno bruto para o Brasil; distribuição regional dos pesquisadores por titulação; distribuição regional dos pesquisadores por titulação por proporção do Brasil; importação explícita de tecnologia e de bens de capital e agentes do sistema de inovação.

O estado do Ceará será analisado através dos seguintes indicadores: dispendio interno bruto estadual em C&T como proporção do dispendio interno bruto regional; distribuição estadual dos pesquisadores por titulação; distribuição estadual dos pesquisadores por titulação como proporção para a região Nordeste; indicadores em dispendio de C&T ; importação explícita de tecnologia e de bens de capital e agentes do sistema de inovação.

#### 2.4 - Competitividade Potencial

Em uma primeira família, a competitividade é vista como *eficiência* – competitividade potencial. Busca-se de alguma forma traduzir a competitividade através da relação insumo-produto praticada pelas organizações ou países, isto é, da capacidade da

empresa de converter insumos em produtos com o máximo de rendimento. Os indicadores são buscados em comparativos de custos e preços, coeficientes técnicos (de insumo-produto ou outros) ou produtividade dos fatores, em termos das *best-practises* verificadas na indústria internacional.

Nessa primeira visão, observamos a importância dos fatores de produção, onde é o produtor que, ao escolher as técnicas que utiliza, submetido às restrições impostas pela sua capacidade tecnológica, gerencial, financeira e comercial, estará definindo a sua competitividade. A competitividade é um fenômeno *ex-ante*, isto é, reflete o grau de capacitação (eficiência) detido pelas firmas, que se traduz nas técnicas por elas praticadas, que por sua vez refletirá no aumento das exportações e possíveis ganhos de comércio. O desempenho obtido no mercado seria uma consequência resultante dessa capacitação. Considera-se, assim, que é o domínio de técnicas mais produtivas que, em última instância, habilita uma empresa a competir com sucesso, ou seja, representa a causa efetiva da competitividade.

Para Vasconcellos (1993) apud Amorim (2000), a capacidade de inovar constitui um dos fatores-chave para o sucesso de uma organização nos dias de hoje. Essa capacidade se traduz no potencial de transformar aprimoramentos tecnológicos de processo e produtos em realidade de mercado, tornando-se líder. Inovação tecnológica é a introdução de uma nova tecnologia nas organizações que implique em alterações no processo de produção e/ou serviços, ou seja em uma maior eficiência no processo produtivo através do incremento tecnológico, criando uma competitividade potencial.

De acordo com Tushman e Nadler (1986) apud Amorim (2000), inovação é a criação de algum produto, serviço ou processo que é novo para a unidade de negócio. Os autores distinguem dois tipos de inovação: (1) inovação de produto, ou seja, quando há mudança no produto que a organização faz ou no serviço que ela fornece e (2) inovação de processo, que é a mudança na forma que um produto é feito ou um serviço fornecido.

Para Amorim apud Hall (1984), as características das inovações podem determinar a sua adoção ou não. Características como custo, retorno do investimento, eficácia, risco e incerteza, complexidade, ponto de origem, compromisso e outros são fatores que se

antecipam e determinam o processo de decisão por adotar ou não uma inovação dentro de uma organização. Por melhor que seja uma inovação tecnológica, ela dificilmente será adotada se o custo for muito alto e o retorno do investimento baixo ou duvidoso.

Este indicador não será diretamente explorado no decorrer da pesquisa, pelo fato de não ser quantificável, mas indiretamente será explorado pois se as empresas cearenses tiverem um diferencial em Competitividade Potencial, isso refletirá em ganhos de comércio e conseqüentemente em aumento nas exportações.

## 2.5 - Competitividade Revelada

Na Segunda família, a competitividade é vista como um *desempenho* – a competitividade revelada (conceito utilizado em minha análise acerca dos indicadores de competitividade no comércio exterior). Aqui, a competitividade é de alguma forma expressa na participação no mercado (*market-share*) alcançada por uma firma em um mercado em um certo momento do tempo. A participação das exportações do estado do Ceará no comércio internacional total de um produto em especial aparece como seu indicador mais imediato, que representarei pelo indicador de competitividade revelada no comércio internacional, *Xice* (exportação do estado do Ceará do bem *i* no período *t*).

Nessa visão, observamos a importância da demanda no mercado que, ao arbitrar quais produtos de quais empresas serão adquiridos, estará definindo a posição competitiva das empresas, sancionando ou não as ações produtivas, comerciais e de marketing que as empresas tenham realizado. A eficiência na utilização de recursos produtivos definiria algumas das eventuais fontes de competitividade existentes, mas nunca a competitividade em si, já que esta depende de vários outros fatores, muitos deles subjetivos ou não mensuráveis. A competitividade é uma variável *ex-post* que sintetiza os fatores preço e não-preço – estes últimos incluem qualidade de produtos e de fabricação e outros similares, a habilidade de servir ao mercado e a capacidade de diferenciação de produtos, fatores esses parcial ou totalmente subjetivos.

À parte de divergências conceituais quanto à escolha de competitividade revelada ou potencial como enfoque mais apropriado ou a possibilidade de conciliá-los, interessamos enfatizar às insuficiências apresentadas por ambos em capturar a essência do fenômeno. Tanto desempenho quanto eficiência são enfoques limitados por serem estáticos, analisando apenas o comportamento passado dos indicadores, sem tornar claro as relações causais que mantém com a evolução da competitividade.

Não é sem razão que está cada vez mais presente a idéia entre os especialistas a percepção de que análises de competitividade baseadas somente em dados tópicos referentes a preços, custos (especialmente salários) e taxas de câmbio, extraídos do desempenho macroeconômico ou de empresas individuais, são insuficientes e conduzem a conclusões distorcidas. Mas apesar das limitações a que o conceito de competitividade revelada está exposto, irei trabalhar com o mesmo já que ele se mostra suficiente para a minha análise e para os meus objetivos acerca do *Exame da Competitividade do Estado do Ceará*. Utilizaremos alguns indicadores de comércio exterior mais precisamente aqueles relacionados à idéia presente no conceito de competitividade revelada. Nesta fase trabalhamos então com dados de exportação para o estado do Ceará no período, deixando evidente os ganhos ou perdas de competitividade dos principais produtos que compõe a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (grupo de produtos e capítulos da NBM), sua importância relativa no comércio exterior e seu ganho de importância na pauta associada ao crescimento de suas exportações nos anos recentes.

O indicador que revelará esse ganho de Competitividade é:

- Participação dos setores na pauta de exportação (DSx)

$$DSx = \frac{X_{ice}}{X_{ce}}$$

Onde;

$X_{ice}$  é a participação das exportações cearense do setor  $i$  no período  $t$ .

$X_{ce}$  são as exportações totais cearenses no período  $t$ .

Este indicador de competitividade revelada, nos mostra a importância de cada setor para as exportações cearenses e sua evolução no tempo. Essa evolução possibilita a identificação dos principais setores exportados a cada período e pode revelar uma possível mudança na pauta de exportação, ou seja, é em indicador de Competitividade Revelada, além de permitir uma primeira ordenação e o peso dos setores.



## **CAPÍTULO 3**

### **O Mercado externo cearense: um comparativo sob a ótica da competitividade**

#### **3.1 - Introdução**

Neste capítulo serão revelados alguns pontos sobre o estado do Ceará, no que diz respeito a seu desempenho exportador e a sua competitividade perante o Nordeste, o Brasil e o mundo. Esta competitividade será visualizada através de algumas tabelas que serão apresentadas durante todo o capítulo.

Objetivamos também, inserir o estado do Ceará no contexto internacional, analisar sua atuação e as conseqüências da abertura comercial, iniciada na década de 90 assim como verificar se os impactos dessa abertura proporcionaram ou não ganhos de mercado para o estado, fazendo sempre um comparativo com o Nordeste e o Brasil.

#### **3.2 – Aspectos históricos**

Em sua história, o Nordeste já se caracterizou como uma Região cuja dinâmica era estabelecida por seu setor externo, ou seja; sempre o Nordeste se comportou como grande exportador brasileiro, primeiro a cana-de-açúcar, depois o algodão. A Região Nordeste cuja dinâmica exportadora era o mercado externo passa ao longo das primeiras décadas do século passado, a se integrar à economia brasileira, assumindo a função de fornecedora de insumos primários para a indústria de bens de consumo não duráveis para a região sudeste (Ver Nali de Jesus, 1997). Esta foi a fase em que a Região passou a se voltar gradativamente mais para o mercado nacional.

A própria dinâmica da industrialização brasileira exigia cada vez mais o fornecimento de insumos cujos preços e produtividade fossem condizentes com uma

economia que se expandia e ampliava a demanda de insumos. Como os produtores nordestinos não foram capazes de acompanhar esta dinâmica e a própria Região Sudeste caminhava a passos largos para substituir as importações nordestinas por produtos locais, restringiu-se, gradativamente, a participação do Nordeste no abastecimento de tais produtos, quando então Região Sudeste torna-se mais produtiva (e competitiva) em relação aos produtos antes atendidos através do comércio inter-regional.

Desta forma, a Região Nordeste foi sendo deslocada do mercado nacional, ou seja; a região Sudeste já não dependia mais dos insumos produzidos na região Nordeste, passando este último a ser fornecedor de insumos apenas para o mercado externo servindo de fornecedor líquido de divisas dado que este demandava a maior parte de seus produtos da região Sudeste do país. O que se vê é que com o prosseguimento dessa situação, associada à expansão da indústria nacional e a conseqüente busca de ampliação de mercado favorecido pela integração rodoviária, o Nordeste passou a ser inundado por produtos que vinham do Sudeste.

De acordo com o livro *A Indústria Cearense sob a Ótica da Competitividade Sistêmica*, escrito por ROSA, FONTENELLE e MELO (2000), essa abertura comercial interna, não fez com que o Nordeste se desarticulasse do comércio externo, pois ele continuou mantendo um número de exportações capazes de financiar suas importações. Esse movimento que se intensificou com a política de substituição de importações, impunha algumas restrições relevantes, como:

- a) barreiras não tarifárias, por exemplo: quotas de importação e proibições;
- b) tarifas elevadas e diferenciadas que incidem, principalmente, sobre produtos com similares nacionais.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (proposta pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN), surgiu nesse ambiente de articulação do Nordeste brasileiro, para implementar políticas compensatórias em contrapartida ao novo modelo de gestão de comércio adotado pela região.

A SUDENE e uma política de incentivos fiscais, foram impulsionadores do aquecimento da indústria local, com significativos fluxos de capital produtivo, para promover e dinamizar a integração produtiva com as demais regiões e o resto do mundo.

Segundo ROSA, FONTENELLE e MELO (2000), a partir desse ponto, a dinâmica da indústria nordestina passou a ser determinada pelos movimentos da economia nacional, o que resultou em maior competitividade e incrementos tecnológicos, que foram refletidos em sua pauta de exportação, com produtos mais diversificados e de maior valor agregado.

É nesse contexto histórico-evolutivo que se determina a dinâmica da indústria nordestina, e conseqüentemente a cearense, levando em consideração o cenário internacional vigente, e seus novos condicionantes.

Com o esgotamento do modelo de substituição de importações, iniciado nos anos 30 se estendendo até a década de 80, e o início discreto de políticas para exportação, com a formação de blocos econômicos, que teve como pilar o advento do novo paradigma tecnológico, calcado na informação e na microeletrônica

Essa nova estrutura de mercado, advinda da abertura comercial em meados dos anos 90 e baseada no livre comércio, levou ao desenvolvimento de novos produtos e formas de organização da produção, além de promover a (re) divisão internacional do trabalho, mais adequadas a vantagem comparativa de cada região ou país. Algumas medidas foram tomadas no intuito de promover sua inserção no mundo globalizado, dentre elas temos:

- a) “eliminação ou redução da cobertura de barreiras não tarifárias, tais como reservas de mercado, quotas, proibições, etc;
- b) diminuição do nível médio das tarifas de importação;
- c) diminuição do grau de dispersão na estrutura tarifária e;

- d) diminuição ou extinção de impostos sobre exportações”. (Canuto, p.1994, 44).

As estatísticas divulgadas pela SUDENE (1998), no período pós-abertura, afirmam que o crescimento das importações brasileiras foram liderados pelos produtos industrializados manufaturados, a uma taxa média de 10,15% Ao ano, entre 80 a 96, enquanto os produtos industrializados semimanufaturados cresceram a uma taxa média anual de 6,09% ao ano, vale ressaltar que as importações de produtos primários declinaram em 0,91%, no igual período. Todavia, as exportações cresceram a uma taxa média anual de 4,55% até 1990, e ganhou grande impulso a partir de 1990, onde seu crescimento médio anual foi de 7,23% até 1996. observa-se no período que houve declínio da participação de produtos básicos e crescimento de produtos industrializados, o que comprova a melhoria de conteúdo de valor agregado e tecnológico, afirmado anteriormente. (Ver ROSA, FONTENELLE e MELO , 2000).

De acordo com ROSA, FONTENELLE e MELO o estado do Ceará obteve avanços em suas exportações maiores que o Nordeste, com crescimento médio de 4% ao ano entre 1980 e 1989, e 8,7% ao ano de 1990 a 1996, onde os produtos industrializados obtiveram maior representatividade. Porém, em uma análise geral, sua pauta de exportação é caracterizada pela presença de produtos de base primária e de baixo conteúdo tecnológico. Um ponto importante sobre o estado do Ceará é que suas importações cresceram a uma taxa bem superior ao das exportações, principalmente dos semifaturados que cresceram uma taxa média anual de 45,34% ao ano, entre 1990 e 1996.

Na Tabela 1, podemos encontrar alguns índices que contribuem para comprovar o que foi dito, principalmente no que diz respeito aos anos mais recentes, após abertura econômica, no período de 1990 a 1996. As informações contidas nessa tabela dizem respeito evolução do PIB e das exportações cearenses com relação ao nordeste, e a evolução do grau de abertura (GA) cearense, nordestino e brasileiro.

**TABELA 1**  
**Ceará, Nordeste e Brasil : Alguns Indicadores**  
**1991 - 1996**

	1991	1992	1993	1994	1995	1996
<b>PIBce/PIBne</b>	0,1510	0,1583	0,1597	0,1596	0,1600	0,1629
<b>Xce/XNe</b>	0,0946	0,1000	0,0912	0,0956	0,0831	0,0994
<b>GAce<sup>1</sup></b>	0,0455	0,0578	0,0647	0,0602	0,0574	0,0455
<b>GAne</b>	0,0703	0,0743	0,0775	0,0659	0,0711	0,0649
<b>GAbr</b>	0,1364	0,1505	0,1492	0,1388	0,1341	0,1439

Fonte: ROSA, FONTENELLE e MELO (2000) – Adaptação própria.

O PIB cearense, com relação ao PIB nordestino se manteve praticamente estável durante quase toda a década de 90, obtendo um pequeno incremento no final da primeira metade da década. No ano de 1991, o PIB cearense correspondia a aproximadamente 15% do PIB nordestino, passando para pouco mais de 16% no ano de 1996.

O comportamento das exportações foi semelhante ao do PIB, obtendo algumas variações, mas terminando o ano de 1996 com o mesmo percentual correspondente ao início da década de 90, ou seja, no ano de 1991 o Ceará correspondia a pouco mais de 9% das exportações nordestinas, e no ano de 1996 esse percentual se manteve praticamente inalterado.

Outro indicador de desempenho que podemos mencionar diz respeito ao grau de abertura (GA) de um estado, região ou país, que significa a participação total do comércio exterior (Exportação mais Importação) no PIB correspondente ao ano analisado.

A participação do comércio mundial nordestino no PIB corrobora com a afirmação de que o Nordeste é bem menos aberto que o Brasil. A participação do comércio mundial

---

<sup>1</sup>  $GA = X + M / PIB$ ; onde: X é a exportação total do estado, região ou país j no período t; M é a importação total do estado, região ou país j no período t; PIB é o Produto Interno Bruto do estado, região ou país.

no PIB (GA) nordestino situa-se em torno de 50% do mesmo indicador para o Brasil. O estado do Ceará apesar de ter um grau de abertura ainda pequeno conta com um indicador que vem crescendo ao longo dos anos porém, situado abaixo do coeficiente para a região como um todo, mas apresentou aumento no período citado enquanto o seu comércio mundial aumentou de valor em 133%. (Ver ROSA, FONTENELLE e MELO, 2000)

Fazendo um paralelo do estado do Ceará com a região Nordeste e ao Brasil, podemos notar pela Tabela 1, que o estado é menos aberto que a região (1991 a 1996), e a região é bem menos aberta que o país no período analisado.

### **3.3 – Aspectos Recentes**

A região nordeste, conseqüentemente, o estado do Ceará, tem em sua história uma dinâmica voltada para o mercado externo, e com a abertura comercial essa característica ficou cada vez mais evidente. A competitividade do estado está se fortalecendo, fazendo surgir internamente algumas vantagens perante o resto do mundo e o Brasil.

Mesmo com os esforços do governo em promover os produtos brasileiros no exterior, e os incentivos fornecidos pelo governo do Estado do Ceará, o mercado externo ainda desconhece o potencial do mercado brasileiro e cearense, sendo reconhecido apenas por seus produtos tradicionais, como a castanha de caju e os setores têxtil e de calçados. Ignorando todo o seu potencial competitivo, e seus esforços para ampliar seu parque industrial, aproveitando da melhor forma suas vantagens comparativas e tentando criar vantagens competitivas.

O mercado externo aponta como principais entraves para a realização de negócios o desconhecimento dos produtos brasileiros, a dificuldade com a língua, problemas no prazo de entrega das encomendas, burocracia e dificuldades em liberar as mercadorias na alfândega. Também acreditam que é complicado e burocrático exportar para o Brasil e cobram regras estáveis, além de impostos competitivos.

O Ceará durante toda a década de 90, obteve avanços significativos no que diz respeito a sua participação no comércio exterior, fazendo um comparativo com a região Nordeste e o Brasil, esse incremento do Estado do Ceará pode ser visualizado na Tabela 2, abaixo.

**TABELA 2**

**Indicadores de Exportação para o Ceará, Nordeste e Brasil**

**1991-2000**

<b>ANO</b>	<b>Xce/Xne</b>	<b>Xce/Xbr</b>	<b>Xne/Xbr</b>	<b>Xbr/Xmd</b>
1991	0,0946	0,0086	0,0904	0,0090
1992	0,1000	0,0085	0,0848	0,0097
1993	0,0912	0,0071	0,0781	0,0104
1994	0,0956	0,0077	0,0804	0,0104
1995	0,0831	0,0076	0,0912	0,0092
1996	0,1085	0,0080	0,0734	0,0091
1997	0,0891	0,0067	0,0747	0,0097
1998	0,0956	0,0069	0,0727	0,0095
1999	0,1106	0,0077	0,0699	0,0087
2000	0,1230	0,0090	0,0731	0,0088

Fonte : MDIC, 2002 - Elaboração própria.

Onde,

$Xce/Xne$  é a participação das exportações cearenses nas exportações nordestinas no período  $i$ ;

$Xce/Xbr$  é a participação das exportações cearenses nas exportações brasileiras no período  $i$ ;

$Xne/Xbr$  é a participação das exportações nordestinas nas exportações brasileiras no período  $i$ ;

$Xbr/Xmd$  é a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais no período  $i$ ;

O Ceará, no ano de 1991, representava aproximadamente 9% de tudo que o Nordeste exportava, oscilando durante toda a década, mas em uma análise geral ele se manteve estável, e terminou a década de 90 com uma parcela de 12% de toda a exportação nordestina, um incremento considerável tendo em vista que o nordeste no mesmo período, teve sua participação na pauta de exportação brasileira reduzida, passando de 9% em 1991, para 7% no ano de 2000.

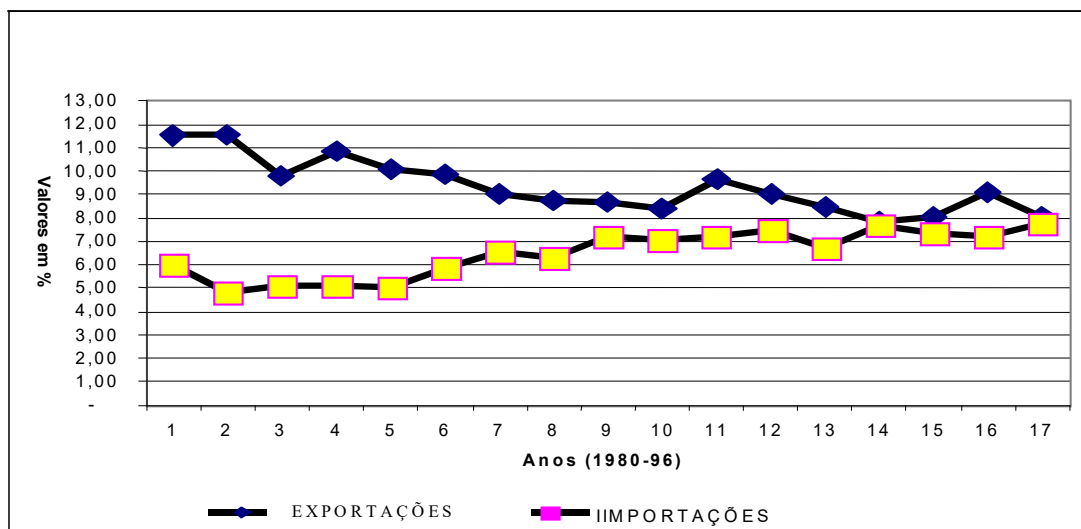
Quando comparamos o Estado do Ceará com o Brasil, notamos que as exportações cearenses cresceram, mas as exportações brasileiras cresceram na mesma magnitude. No ano de 1991 o Ceará participava com 0,86% das exportações brasileiras e no ano de 1996 essa participação teve uma pequena variação positiva, passando para 0,9%. No entanto esse avanço das exportações cearenses não foi seguido pela região Nordeste, que em 1991 representava 9% das exportações brasileiras e em 1996 esse percentual despencou para 7%. O que nos leva a concluir que o estado do Ceará está acompanhando todas as mudanças na estrutura de mercado, se inserindo cada vez mais no comércio global. Por outro lado, a região Nordeste está perdendo mercado, sua participação frente ao Brasil segue uma tendência decrescente, obtendo uma queda mais acentuada no ano de 1999, se recuperando um pouco em 2000.

O Brasil (assim como a região Nordeste não obteve ganhos significativos perante o Brasil), não obteve incrementos proporcionais quando se comparado ao resto do mundo, sua participação nas exportações mundiais correspondia no ano de 1991 a 0,90%, obteve avanços significativos de suas exportações, que chegaram a representar mais de 1% das exportações mundiais em 1992 e 1993. A atuação brasileira no mercado externo não cresceu na mesma magnitude que a mundial, pois o mercado global cresceu muito e o Brasil passou a responder no ano de 2000 a apenas 0,88% das exportações mundiais. Esse decréscimo não significa que o Brasil perdeu mercado, pelo contrário ganhou, porém seus ganhos não cresceram na mesma velocidade das exportações mundiais.

A dinâmica do comércio exterior da região Nordeste pode ser visualizada no Gráfico 1, que demonstra percurso de suas exportações e importações de 1980 até 1996.



**GRÁFICO 1**  
**Participação do Nordeste nas Exportações e Importações Brasileiras**  
**1980 - 1996**

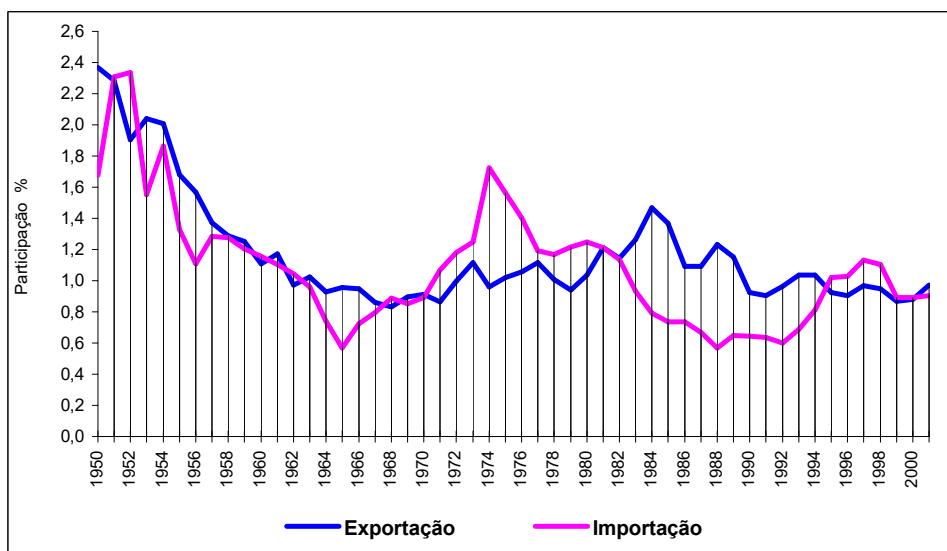


FONTE: SUDENE, Boletim Conjuntural, 1997.

O resultado que se pode tirar mais imediato dessas observações é que o nordeste passa a reduzir sua participação nas exportações brasileiras e a elevar sua participação nas importações brasileiras, conforme pode ser visualizado através do Gráfico 2. Percebe-se ali que declina a participação das exportações nordestinas no Brasil de 11,52%, em 1980, para 8,07%, em 1996, enquanto eleva-se a participação nas importações de 6,02%, em 1980, para 7,78%, em 1996.

A atuação do Brasil no comércio exterior mundial pode ser visualizada no Gráfico 2, que mostra toda a dinâmica realizada pelo Brasil, no pós-ssegunda guerra mundial, até os dias de hoje.

**GRÁFICO 2**  
**Participação % do Brasil nas Exportações e Importações Mundiais**  
**1950 - 2001**



Fonte: MDIC, 2002.

De acordo com o Gráfico 2, pode-se observar que o Brasil dos anos 50 era bem mais representativo que hoje, pois sua participação nas exportações e importações mundiais giravam em torno de 2% em 1950, seguindo uma tendência decrescente, principalmente a partir da década de 60. Essa tendência se manteve durante todo o século passado, e terminou o século representando apenas 0,97% das exportações e 0,91% das importações mundiais.

Por fim, podemos concluir que a abertura comercial trouxe muitas oportunidades e desafios para todos os países que aderiram a essa nova e perigosa dinâmica comercial. No Brasil, os ganhos não podem ser somente visualizados apenas comparando desempenhos, pois todo o mundo cresceu, o que aconteceu com o Brasil foi que ele não cresceu na mesma magnitude que o resto do mundo, e o Ceará com relação ao Brasil cresceu em maiores proporções, o que o revela um estado potencial que vale a pena investir e produzir para ver os resultados. Não podemos falar o mesmo da região Nordeste, pois como já foi dito, ela ultrapassou a década de 90 com perdas significativas de mercado.

## CAPÍTULO 4

### Análise dos indicadores de competitividade

#### 4.1 – Introdução

Este capítulo será elaborado com o intuito de revelar alguns pontos sobre o estado do Ceará no que diz respeito a seu desempenho exportador e a competitividade de seus principais produtos exportáveis. Esta competitividade será visualizada através de alguns indicadores de desempenho (Competitividade Potencial e Competitividade Revelada) e possíveis ganhos de comércio através de vantagens (Vantagem Comparativa e Vantagem Competitiva), de acordo com os conceitos elaborados no primeiro capítulo.

Através da análise dos indicadores quantitativos (CR e VC), e dos indicadores qualitativos (CP e VP), será possível visualizar a situação do estado do Ceará, perante o Brasil e o resto do mundo, assim como, dimensionar seu potencial de comércio e se esse potencial esta sendo bem alocado ou não, ou se sua estrutura competitiva se fortaleceu juntamente com o crescimento do comércio internacional durante toda a década de 90.

Para efeito de entendimento, o presente trabalho será baseado na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) - A NCM é composta de oito dígitos, sendo os seis primeiros formados pelo Sistema Harmonizado (capítulo, posição e subposição), e os dois últimos (item e subitem), criados de acordo com a definição estabelecida entre os países do Mercosul. A classificação das mercadorias na NCM rege-se pelas Regras Gerais para a Interpretação do Sistema Harmonizado. Porém as exportações brasileiras passaram a ser baseada pela NCM a partir de 1996 , até então suas exportações eram regidas (de 1989 a 1996) pela NBM (Nomenclatura Brasileira de Mercadorias).

## 4.2 – Competitividade Revelada

O estado do Ceará traz em suas raízes uma pauta de exportação pouco diversificada, com produtos de origem primária e de baixo valor agregado. Para comprovar esta afirmação analisemos a quantidade de produtos exportados pelo estado, levando em consideração a NBM (Nomenclatura Brasileira de Mercadoria) e NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul), que ambas contém 99 capítulos, ou grupo de produtos. No ano de 1991 o Ceará exportava apenas 56 capítulos da NBM e em 2000 essa quantidade ficou estável, tendo apenas dois capítulos agregados, constando em sua pauta 58 capítulos da NCM.

Desses produtos exportados cerca de 90% são de origem primária e com baixo valor agregado, como por exemplo o capítulo das frutas que sozinha representava em 1991 quase 35% de tudo que o Ceará exportava e terminou a década representando 28%.

Este indicador de Competitividade Revelada reflete o desempenho dos produtos ao longo do tempo, ou seja, é a competitividade vista apenas pela ótica do desempenho revelado. Este desempenho pode ser visualizado pela Tabela 3, que mostra os principais produtos cearenses exportados em 1991, e sua trajetória de perdas ou ganho de competitividade durante toda a década entre 1991 e 2000.

Na história do comércio exterior cearense a questão da diversidade das exportações sempre foi um problema, ele se especializou em produtos primários de baixo valor agregado, e o resultado foi um pauta de exportação concentrada em poucos produtos, que em 1991 apenas 15 setores eram responsáveis por mais de 95% das exportações cearenses, e o mais agravante é que em 2000 os mesmos setores ainda representavam quase 92% de sua pauta, o que comprova que pouco se fez para reverter o cenário externo que se encontrava, ou se encontra, o estado do Ceará.

Os 15 setores selecionados para o estado do Ceará são: (8) Frutas, cascas de cítricos e de melosos; (3) Peixes e crustáceos; (52) Algodão; (55) Fibras sintéticas ou artificiais descont.; (15) Gordura animais ou vegetais.; (41) Peles, exceto a peleteria; (72) Ferro fundido, ferro e aço; (13) Gomas, resinas, sucos...; (64) Calçados e artefatos semelhantes; (62) Vestuário e aces.exceto de malha; (68) Obras de pedras; (20) Prep.legumes, hor. Frut, etc; (84) Reatores nucleares, caldeiras, maq., etc; (5) Produção de origem animal; (23) Minérios, escórias e cinzas. Seus indicadores estão apresentados na tabela abaixo.

**TABELA 3**  
**Competitividade Revelada dos principais setores cearenses**  
**1991 a 2000**

Cap.	Denominação	NBM		Dsx (Xice/Xce)- NCM			
		1991	1996	1997	1998	1999	2000
8	Frutas, cascas de citricos e melosos	0,3426	0,3990	0,3943	0,3521	0,3176	0,2843
3	Peixes e crustáceos	0,1999	0,1178	0,1205	0,0992	0,0999	0,1141
52	Algodão	0,1105	0,1642	0,1211	0,1424	0,1202	0,1478
55	Fibras sintéticas ou artificiais descont.	0,0984	0,0188	0,0269	0,0215	0,0337	0,0195
15	Gord.animais ou veg.	0,0828	0,1004	0,0952	0,0799	0,0572	0,0404
41	Peles, exceto a peleteria	0,0390	0,0258	0,0077	0,0076	0,0641	0,1084
72	Ferro fundido, ferro e aço	0,0225	0,0155	0,0136	0,0092	0,0094	0,0073
13	Gomas, resinas, sucos...	0,0168	0,0097	0,0174	0,0193	0,0140	0,0113
64	Calçados e artefatos semelhantes	0,0154	0,0225	0,1000	0,1848	0,1930	0,1641
62	Vestuário e aces.exceto de malha	0,0078	0,0158	0,0171	0,0059	0,0023	0,0040
68	Obras de pedras	0,0058	0,0076	0,0118	0,0102	0,0082	0,0066
20	Prep.legumes, hor. Frut, etc	0,0040	0,0021	0,0066	0,0065	0,0063	0,0057
84	Reatores nucleares, caldeiras, maq...	0,0021	0,0100	0,0057	0,0038	0,0030	0,0044
5	Produção de origem animal	0,0002	0,0001	0,0000	0,0001	0,0002	0,0001
26	Minérios, escórias e cinzas	0,0101	0,0000	0,0000	0,0001	0,0003	0,0004
	<b>TOTAL</b>	<b>0,9579</b>	<b>0,9093</b>	<b>0,9379</b>	<b>0,9424</b>	<b>0,9291</b>	<b>0,9181</b>

Fonte – MDIC - Elaboração própria.

Os 9 setores selecionados com mais de 1% da pauta de exportação em 1991, eram responsáveis por 91,71% das exportações cearenses, e os 8 setores selecionados com mais de 1% da pauta de exportação em 2000 eram responsáveis por 84,86%. O que revela,

mesmo que em pequenas proporções, que a pauta de exportação cearense se diversificou e foram incluídos outros setores que se revelaram, como veremos mais adiante.

Dos 15 setores selecionados seis deles indicaram status de ganho de competitividade e nove indicaram perda de competitividade. Os setores que indicaram ganho de competitividade são: *Algodão* que representava 11,05% em 1991 terminou a década representando 14,78% em 2000; *Peles, exceto peleteria*, 3,90% para 10,84%; *Calçados*, 1,54% para 14,41%; *Obras de pedra*, 0,58% para 0,66%; *Prep. legumes, hor. Frut, etc*, 0,40% para 0,57%; *Reatores nucleares, caldeiras, maq., etc*, 0,21% para 0,44%. Os setores que indicaram perda de competitividade são: *Frutas, cascas de cítricos e de melosos*, 34,26% para 28,43%; *Peixes e crustáceos*, 19,99 para 11,41%; *Fibras sintéticas ou artificiais descont.*, 9,94% para 1,95%; *Gord. animais ou veg.*, 8,28% para 4,04%; *Ferro fundido, ferro e aço*, 2,25% para 0,73%; *Gomas, resinas, sucos...*, 1,68% para 1,13%; *Vestuário e aces. exceto de malha*, 0,78% para 0,40%; *Produção de origem animal*, 0,02% par 0,01% e *Minérios, escórias e cinzas*, passou de 1,01% para apenas 0,01.

Os setores que mais se destacaram durante a década foram o setor de calçados, peles e algodão, principalmente o setor de calçados que representava 1,54% das exportações cearenses em 1991 a saltou para 16,41% em 2000, como podemos observar na tabela 4. Os setores que mais se prejudicaram por algum motivo e obtiveram desempenho decrescente foram o setor de peixes e crustáceos, frutas, fibras sintéticas ou artif. descon. e gorduras animais ou vegetais. Alguns setores perderam representatividade na pauta de exportação cearense mas permanecem competitivos, como é o caso das frutas e peixes e crustáceos.

**TABELA 4**

**Principais setores cearenses exportados – 2000**

NCM	Denominação	Xice/Xce
8	Frutas, cascas de citricos e de melosos	0,2843
64	Calçados e artefatos semelhantes	0,1641
52	Algodão	0,1478
3	Peixes e crustáceos	0,1141
41	Peles, exceto a peleteria	0,1084

<b>15</b>	Gord. animais ou veg.	0,0404
<b>55</b>	Fibras sintéticas ou artificiais descontínuos	0,0195
<b>13</b>	Gomas, resinas, sucos...	0,0113
	<b>TOTAL</b>	<b>0,8899</b>

Fonte: MDIC – Elaboração própria

Na tabela 4, os indicadores comprovam a concentração e especialização cearense em poucos setores, pois apenas 10 setores em 1991 obtiveram participação nas exportações cearense maior que 1%, concentrando ainda mais em 2000 onde passaram para somente 8 setores. Esses setores com participação maior que 1% em 2000 representaram quase 90% das exportações cearenses naquele ano, mostrando a fragilidade cearense em diversificar sua pauta no comércio internacional.

Por fim podemos concluir que a década de 90 proporcionou ao estado do Ceará avanços significativos de seus setores na busca de vantagens, tornando-se um diferencial interno e externo para ganhos de competitividade. O índice de VCR se torna um indicador importante de competitividade, na medida que os custos domésticos se tornam menores que os custos de outros estados ou países.

#### **4.3 – Vantagem Comparativa Revelada**

O indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) é baseado na diferença de custos relativos existentes entre os países ou entre estados de um mesmo país. No caso cearense é bem visível este indicador, pois quando olhamos a pauta de exportação cearense podemos observar que a mesma é constituída por setores de baixo valor adicionado, onde se encontram a maioria dos setores que possuem VCR.

Este índice significa que nos setores que o estado do Ceará possui o coeficiente de VCR maior que 1, torna-se mais vantajoso e barato se produzir no estado do Ceará que em qualquer outro estado brasileiro, incentivando o investimento estrangeiro ou nacional no setor produtivo.

Os setores selecionados com índice de VCR maior que 1, tendo com ano base 1991, e sua trajetória de vantagens ou desvantagens durante toda a década de 90, se encontram na Tabela 5.

Os setores selecionados com VCR maior que 1 em 1991 foram: (8) Frutas, cascas de cítricos e melosos; (3) Peixes e crustáceos; (55) Fibras sintéticas ou artificiais descontínuos; (13) Gomas, resinas e outros sucos; (65) Chapéus e artefatos semelhante; (52) Algodão; (15) Gordura, óleos e ceras animais ou vegetais; (41) Peles, exceto a peleteria; (68) Obras de pedras, gesso, cimento, etc; (62) Vestuário e acessórios exceto de malha; (46) Obras de espartaria ou cestaria.

**TABELA 5**  
**Vantagem Comparativa Revelada para os setores selecionados**  
**1991 a 2000**

Cap.	Denominação	VCR ce				
		1991	1997	1998	1999	2000
8	Frutas, cascas de cítricos e mol.	50,75	69,42	61,44	47,07	42,41
3	Peixes e crustáceos	40,98	57,86	48,47	38,18	27,67
55	Fibras sintéticas ou artificiais descont.	34,31	23,57	20,49	27,47	17,11
13	Gomas, resinas e outros sucos	31,50	25,64	26,00	20,25	21,90
65	Chapéus e artefatos semelhante	9,63	8,28	7,72	8,19	6,82
52	Algodão	7,84	25,98	31,84	28,50	30,97
15	Gord., óleos e ceras animais ou veg.	7,61	6,72	4,42	3,47	4,75
41	Peles, exceto a peleteria	4,03	0,56	0,58	5,13	7,85
68	Obras de pedras, gesso, cimento, etc	2,49	2,09	1,71	1,34	1,08
62	Vestuário e aces.exceto de malha	2,32	9,23	3,72	1,90	2,46
46	Obras de espartaria ou cestaria	1,13	7,94	3,78	0,44	0,38

Fonte: MDIC – Elaboração própria

Dos 99 setores que compõem a pauta de exportação brasileira pela NBM em 1991, apenas 11 deles possuem o indicador de Vantagem Comparativa Revelada maior que 1, ou seja, o Ceará tem pouco potencial para atrair empresas, pois não as recompensa tornando seu processo produtivo mais eficiente e lucrativo.



Dos 11 setores selecionados com VCR maior que 1 em 1991, apenas obras de espartaria ou cestaria não terminou a década de 90 como mesmo vantagem, pois chegou a 2000 obtendo desvantagem. Os demais setores selecionados em 1991 terminaram a década com uma trajetória, crescente ou decrescente, de VCR maior que 1.

Os setores que apresentaram maior índice de VCR foram o de frutas (50,75), assim como na competitividade revelada, lidera o ranking dos setores com maior índice de VCR em todos os períodos analisados, seguidos de peixes e crustáceos (40,98), fibras sintéticas ou artificiais descontínuos (34,31) e gomas, resinas e outros sucos (31,50). O setor de algodão foi o mais beneficiado durante a década de 90, obtendo uma trajetória crescente de sua VCR. O setor de algodão iniciou a década, em 1991, com o índice de 7,84 e terminando como segundo do ranking em 2000 com o índice de VCR igual a 30,87.

**TABELA 6**  
**Vantagem Comparativa Revelada – 2000**

NCM	Denominação	VCR
8	Frutas, cascas de cítricos e melosos	42,41
52	Algodão	30,97
3	Peixes e crustáceos	27,67
13	Gomas, resinas e outros sucos	21,90
55	Fibras sintéticas ou artificiais descontínuos	17,11
89	Embarcações e estruturas flutuantes	<b>11,65</b>
60	Tecido de malha	<b>10,15</b>
11	Produtos da indústria de moagem	<b>8,06</b>
41	Peles, exceto a peleteria	7,85
65	Chapéus e artefatos semelhante	6,82
64	Calçados e artefatos semelhantes	<b>5,59</b>
15	Gord., óleos e ceras animais ou vegetais	4,75
62	Vestuário e aces. exceto de malha	2,46
6	Plantas vivas e Prod. de floricultura	<b>1,99</b>
63	Outros artef. têxteis confecções	<b>1,94</b>
61	Vestuário e aces. malha	<b>1,65</b>
14	Matéria de trançaria	<b>1,60</b>
56	Pastas (quates), feltros e falsos tec. etc.	<b>1,43</b>
83	Obras diversas de metais comuns	<b>1,15</b>
68	Obras de pedras, gesso, cimento, mica, etc	1,08

Fonte: MDIC - Elaboração própria.

O final da década de 90 foi marcado com ganhos significativos de VCR, chegando em 2000 com 20 setores ou capítulos da NCM obtendo índice de VCR maior que 1. Dos 11 setores que obtiveram o índice de VCR maior que 1 em 1991, somente obras de espartaria ou cestaria foi excluído em 2000, porém foram agregados mais 10 setores, são eles: (89) Embarcações e estruturas flutuantes; (60) Tecido de malha; (11) Produtos da indústria de moagem; (64) Calçados e artefatos semelhantes; (6) Plantas vivas e Produtos de floricultura; (63) Outros artefatos têxteis confecções; (61) Vestuário e acessórios malha; (14) Material de trançaria; (56) Pastas (quates), feltros e falsos tec. Etc; (83) Obras diversas de metais comuns.

Os avanços em termos de VCR foram bem diversificados e em setores importantes da economia, que suportam maior valor agregado, como por exemplo Embarcações e estruturas flutuantes e o setor de vestuário. O setor de floricultura não aparecia na pauta de exportação cearense em 1991, porém sua participação nas exportações cearenses segue uma tendência crescente, principalmente a partir de 1998. Em 2000, pela primeira vez em sua história, o setor de floricultura obteve VCR, alcançando um índice de VCR igual a 1,99.

Por fim, podemos concluir que a década de 90 proporcionou ao estado do Ceará avanços significativos de seus setores na busca de vantagens, tornando-se um diferencial interno e externo para ganhos de competitividade. O índice de VCR se torna um indicador importante de competitividade, na medida que os custos domésticos se tornam menores que os custos de outros estados ou países. O estado do Ceará segue uma trajetória empolgante, que me arrisco em dizer que na análise dos próximos anos serão agregados outros setores potenciais com VCR maior que 1.

#### **4.4 – Vantagem Competitiva Revelada**

A crescente competição internacional e a necessidade de introduzir eficientemente nos processos produtivos os avanços das tecnologias de informação e comunicações têm levado as empresas a centrar suas estratégias no desenvolvimento de capacidade inovativa, pois neste novo paradigma mercadológico, a informação e a inovação são fontes expressivas de ganhos de competitividade, ou seja, de Vantagem Competitiva.

A concorrência interna e externa está cada vez mais agressiva, o mundo hoje busca formas mais eficientes de produção e algum tipo de vantagem em algum lugar do mundo para que se possa produzir com menos custos e mais benefícios. A tecnologia é a fonte única (obtida através de pesquisas) de Vantagem Competitiva, e os países que se revelaram competitivos tecnologicamente são hoje as grandes potências mundiais.

O Brasil pré- abertura econômica e comercial não possuía esse tipo de vantagem, porém o Brasil de hoje não conseguiu superar essa deficiência, não criou um ambiente interno capaz de criar sua própria tecnologia e continua até refém da tecnologia externa, dos investimentos em C&T externos, importando cada vez mais máquinas e equipamentos para tentar produzir com mais eficiência e competir no mundo moderno.

A região Nordeste continua sendo a mais pobre do país, os investimentos governamentais são concentrados em projetos sociais ou em outras áreas mais “necessitadas”, a educação é sempre colocada em segundo plano, investimento em pesquisa e tecnologia são quase inexistentes. As conseqüências da falta de políticas de longo prazo para formação de um ambiente competitivo tecnologicamente podem ser visualizadas na composição da pauta de exportação da região Nordeste e na pauta de exportação do estado do Ceará, composta por setores de baixo valor agregado e totalmente especializada em produtos primários, que em sua maioria não necessitam de uso intensivo em tecnologia, que por sua vez é escassa na região.

Os indicadores de C&T que podem revelar as Vantagens ou Desvantagens Competitivas cearenses podem visualizadas na Tabela 7.

**TABELA 7**  
**Indicadores de C&T para o Estado do Ceará**  
**1997**

<b>Indicadores: Pesquisadores</b>	<b>1997</b>	<b>Ranking</b>
Pesq/1000 hab	0,09	
PG/Tot P	3,87	
PE/ Tot P	7,74	
PM/Tot P	3,91	
PD/Tot P	57,41	
Pest/Pne	14,02	4
PGEst/PGNe	11,79	5
PEEst/PENe	13,61	3
PMEst/PMNe	11,95	4
Pdest/PDNe	15,76	4
<b>Indicadores: Gastos em C&amp;T - 1996</b>	<b>Participação %</b>	<b>Ranking</b>
CNPq no total de C&T do estado	69,00	6
Governo estadual no PIB do estado	0,05	16
CNPq no PIB do estado	0,11	7
Fomento do CNPQ por pesq.no estado	21,50	4
<b>Indicadores: Importação explícita de tecnologia<sup>2</sup></b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>
% do estado no Brasil	0,10	0,00
% do estado no Nordeste	10,45	0,26
<b>Indicadores: Importação de bens de capital</b>	<b>1992</b>	<b>1996</b>
% do estado no Brasil	1,00	0,40
% do estado no Nordeste	24,44	11,50

Fonte: MCT/CNPq/SUP/COOP (ROSA, FONTENELLE e MELO 2000)

Segundo ROSA, FONTENELLE e MELO (2000) o governo cearense despende 0,05% do PIB estadual em C&T, situando-se abaixo da média nacional. O CNPq é responsável por 69% das despesas em C&T do estado. Isto representa uma participação do CNPq em C&T no PIB estadual de 0,11% (sétimo no ranking nacional), isso justifica o maior fomento cearense daquela agência por pesquisador na região, sendo ele quarto no ranking nacional.

<sup>2</sup> Refere-se as despesas com marcas e patentes, assistência técnica, serviços técnicos. Dispendios registrados no Banco Central a título de pagamento no exterior de contratos de transferência de tecnologia.

Da totalidade dos pesquisadores cearenses, 57% possuem títulos de doutores que corresponde a 16% dos doutores nordestinos (quarto no ranking regional). O estado do Ceará está em desvantagem na relação pesquisador por 1.000 habitantes que está abaixo da média nacional e é a quinta menor da região.

A participação do estado do Ceará nas importações explícita de tecnologia no Nordeste corresponde a 10,5% em 1990 e a 0,26% em 1996, quando comparado ao Brasil as importações explícitas de tecnologia cearenses representavam 0,10% em 1990 e 0% em 1996. as importações de bens de capital pelo estado do Ceará foram mais significativas, representando 24,44% das importações nordestinas em 1990 e reduzindo essa margem para 11,50% em 1996, e comparado ao Brasil essas importações representaram 1% em 1990 e 0,40% em 1996.

A representatividade e evolução dos dispêndios em C&T do Estado do Ceará, a região Nordeste e o Brasil, serão apresentados na Tabela 8, fazendo um comparativo entre o estado do Ceará e o Nordeste (ce/ne), o estado do Ceará e o Brasil (ce/Br) e o Nordeste com o Brasil (ne/Br).

**TABELA 8**  
**Evolução dos dispêndios em C&T: Ceará, Nordeste e Brasil**  
**1991 – 2000**

Ano	ce/ne	ce/br	ne/br
1991	0,0213	0,0023	0,1061
1992	0,0145	0,0020	0,1383
1993	0,0341	0,0029	0,0838
1994	0,0160	0,0013	0,0797
1995	0,0750	0,0066	0,0875
1996	0,0756	0,0080	0,1060
1997	0,0814	0,0073	0,0898
1998	0,1972	0,2080	0,1057
1999	0,1038	0,0120	0,1160
2000	0,0811	0,0070	0,0898

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia – Elaboração Própria

O estado do Ceará obteve avanços significativos em sua participação no total de dispêndios nordestinos em C&T, em 1991 representava 2,13% passando para 8,11% em 2000. Esse avanço cearense pode ser sentido também em sua representatividade no total dos dispêndios brasileiros em C&T, que em 1991 o estado representava 0,2% passando para 0,7% em 2000.

Com o objetivo de inserir o Brasil no contexto internacional de dispêndios com C&T, selecionou-se alguns países para tentar traçar um perfil desses gastos, o resultado pode ser visualizado na Tabela 6.

**TABELA 9**  
**Participação do DIBCT no PIB dos países selecionados - 1996**

<b>Países</b>	<b>DIBCT/PIB (%)</b>
Canadá	1,61
Brasil	1,22
Itália	1,14
Costa Rica	1,13
Espanha	1,13
Venezuela	0,74
Colômbia	0,70
Chile	0,63
Argentina	0,38
Bolívia	0,34
México	0,33

Fonte: Indicadores de Ciência y Tecnologia – (Ver ROSA, FONTENELLE e MELO 2000)

Dentre os países selecionados em 1996, o Brasil apresentou um dispêndio interno bruto em C&T como participação do PIB de 1,22% situando-se acima da Itália (1,14%), Costa Rica (1,13%), Espanha (1,13), Venezuela (0,74%), Chile (0,63%), Argentina (0,45%), México (0,70%), Colômbia (0,70%), e abaixo apenas do Canadá (1,61%).

Para concluir podemos afirmar que o estado do Ceará, a região Nordeste e o Brasil estão longe de se tornar uma potência tecnológica moderna, o ambiente interno não se revela competitivo, capaz de exportar produtos de maior valor agregado e ampliar seu leque de produtos exportáveis. Resta-nos indagar sobre o por que dessa realidade, pois investimentos existem, não nas escalas adequadas mas existem.

## Conclusão

A abertura comercial e econômica que chegou ao Brasil em meados dos anos 90 quebrou o paradigma comercial e produtivo de tal forma que o Brasil só tinha duas opções: se modernizar para competir ou ficar as margens do sistema e ser engolido pelas gigantes multinacionais.

Como a primeira opção era a mais viável tornou-se crucial a busca incessante por vantagens comparativas e competitivas, com o objetivo de se revelar internacionalmente como exportador potencial.

Apesar de sua abertura comercial atrasada, pois o mundo todo já estava se preparando ou já o tinha feito, trouxe muitas oportunidades e desafios para todos os países que o aderiram. No Brasil os ganhos não podem ser somente visualizados apenas comparando desempenhos, pois todo o mundo cresceu, o que aconteceu com o Brasil, foi que ele não cresceu na mesma magnitude que o resto do mundo, e o Ceará com relação ao Brasil cresceu em maiores proporções, o que o revela um estado potencial que vale a pena investir e produzir para ver os resultados. Não podemos falar o mesmo da região Nordeste, ela ultrapassou a década de 90 com perdas significativas de mercado.

O indicador de Competitividade Revelada comprova a concentração e especialização cearense em poucos setores, pois apenas 10 setores em 1991 obtiveram participação nas exportações cearense maior que 1%, concentrando ainda mais em 2000 onde passaram para somente 8 setores. Esses setores com participação maior que 1% em 2000 representaram quase 90% das exportações cearenses naquele ano, mostrando a fragilidade cearense em diversificar sua pauta no comércio internacional.

O final da década de 90 foi marcado com ganhos significativos de VCR, chegando em 2000 com 20 setores ou capítulos da NCM obtendo índice de VCR maior que 1. Dos 11

setores que obtiveram o índice de VCR maior que 1 em 1991, somente obras de espartaria ou cestaria foi excluído em 2000, e foram incluídos mais 10 setores.

A concorrência interna e externa está cada vez mais agressiva, o mundo hoje busca formas mais eficientes de produção e algum tipo de vantagem em algum lugar do mundo para que se possa produzir com menos custos e mais benefícios. A tecnologia é a fonte única (obtida através de pesquisas) de Vantagem Competitiva, e os países que se revelaram competitivos tecnologicamente são hoje as grandes potências mundiais.

Para concluir podemos afirmar que o estado do Ceará, a região Nordeste e o Brasil estão longe de se tornar uma potência tecnológica moderna, o ambiente interno não se revela competitivo, capaz de exportar produtos de maior valor agregado e ampliar seu leque de produtos exportáveis. Resta-nos indagar sobre o por que dessa realidade, pois investimentos existem, não nas escalas adequadas mas existem. Na minha concepção o que está errado é a gestão desses recursos sua alocação não está sendo ótima, ou me arrisco a dizer que honestidade dos governantes não possibilita a chegada dos recursos a seus fins.



## Referências Bibliográficas

- AMORIM, Clezio Gontijo. **Inovações Tecnológicas como estratégia de mercado e o desempenho das agências de Turismo**. São Paulo, 2000.
- CARVALHO, M. A. Políticas públicas e competitividade da agricultura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 117-140, jan./mar. 2001.
- COSTA, Ester R. **Hiatos tecnológicos e competitividade das exportações brasileiras no período de 1987-1995**. Fortaleza. Tese de mestrado. 1999.
- NONNENBERG, M. J. B. **Vantagens comparativas reveladas, custo relativo de fatores e intensidade de recursos naturais: resultados para o Brasil - 1980/88**. Brasília: IPEA, abr. 1991. (Texto para Discussão, n. 214). Op. cit., nota 4.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril, 1982. (Série os Economistas).
- ROSA, A. L. T.; FONTENELLE, A. M.; MELO, M. C. P. **A Indústria Nordestina sob a Ótica da Competitividade Sistêmica**. Fortaleza: EUFC/SUDENE/ACEP, 2000.
- SAMUELSON, P. A. **Introdução à análise econômica**. 7. ed. São Paulo: AGIR, 1971.v. 2.
- VEIGA FILHO, Alceu . Indicador de Vantagem Comparativa do Comércio Internacional de alguns produtos do Agronegócio brasileiro e Paulista. **Informações Econômicas**, SP, v31, n.7, jul. 2001.
- SUDENE, Boletim Conjuntural, 1997

